



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

LEI MUNICIPAL Nº 2066 DE 22 DE Junho DE 2020.

*Sancionado
Em 22/06/2020*

ROGERIO RIENTE
Prefeito Municipal

Regulamenta, no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, os termos da fruição dos direitos de gratuidades às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e às pessoas portadoras de doenças crônicas que especifica, bem como disciplina o regramento e indicação da fonte de custeio para arcar com concessão dos benefícios, e adota outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regulamenta, no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, os termos da fruição dos direitos de gratuidades às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e às pessoas portadoras de doenças crônicas, de natureza incapacitante, ou não, bem como disciplina o regramento e indicação da fonte de custeio para arcar com concessão dos benefícios.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício da gratuidade estabelecida no art. 1º desta Lei, o usuário deverá comprovar sua incapacidade para a vida independente ou para o trabalho e que não possua meio de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e a pessoa portadora de doença crônica incapacitante, cuja renda esteja dentro dos padrões do Cadastro Único das Políticas Sociais (CadÚnico), definido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, vinculado ao Ministério da Cidadania, assim entendida unidade familiar com renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional ou renda familiar mensal total de até 03 (três) salários mínimos nacionais.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

I - Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; Na presente deficiência visual inclui-se a patologia de visão monocular - CID 10 H54.4, observado a Súmula STJ 377/2009 e a Súmula AGU 45/2009.

IV - deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;
- h) trabalho.

V - deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;

VI - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

VII - pessoa portadora de doença crônica incapacitante: aquela acometida de patologia que por seu nível de comprometimento acarrete declaração semelhante à de invalidez segundo as normatizações do Instituto Nacional do Seguro Social e que exija tratamento continuado para o qual a interrupção pode acarretar risco de morte ou o agravamento de seu estado de saúde. **Aplica-se a esse conceito tão somente as doenças elencadas no art. 151 da Lei Federal nº 8.213/91.**

VIII - unidade familiar: aquela composta pelo cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que todos moradores em um mesmo domicílio;

IX - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da unidade familiar, não sendo incluídos no cálculo os valores percebidos através de programas identificados no art. 4º, IV, do Decreto Federal nº 6.135/2007.

CAPÍTULO II

Da Fruição do Direito às Gratuidades

Art. 4º A fruição dos direitos às gratuidades no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, desde que cumpridos requisitos fixados nesta Lei, será assegurada aos seguintes usuários:

- a) pessoas com deficiência física; auditiva, visual, mental e múltipla;
- b) pessoas com mobilidade reduzida;
- c) pessoa portadora de doença crônica incapacitante.

SEÇÃO I

Requerimento do Benefício da Gratuidade

Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida

Art. 5º Os requerimentos do benefício da gratuidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida deverão ser entregues no protocolo geral da Prefeitura de Mendes, revelando ato voluntário do interessado, para todos os fins e efeitos de Direito, inclusive quanto à permissão de acesso restrito às informações pessoais, originando abertura de processo administrativo, mediante preenchimento de formulários e apresentação de documentação comprobatória, a saber:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

I - Enquadrarem-se nos conceitos e categorias fixados nos artigos 2º e 3º desta Lei, comprovadas por meio de atestado e/ou laudo médico;

II - Residir no Município de Mendes;

III - Comprovação, pela unidade familiar, do art. 3º, incisos VIII e IX, desta Lei, de renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional ou renda mensal total de até 03 (três) salários mínimos nacionais;

IV - Cópias da carteira de identidade ou outro documento de identificação válido com foto (frente e verso) do requerente e da respectiva unidade familiar;

V - Cópias do documento que comprove o número do CPF, caso não conste no documento de identidade apresentado;

VI - Cópia do comprovante de residência no Município de Mendes (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

VII - Original do atestado/laudo médico, assinado e carimbado pelo médico especialista vinculado ao Sistema Único de Saúde ou por médico credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde, coordenado pela relação ética em relação ao paciente, identificando, de forma pontual, o tipo e a descrição da deficiência ou da redução da mobilidade, o Código Internacional de Doenças, o grau da deficiência (parcial ou total), a indispensabilidade ou não de acompanhante, a data, assinatura e carimbo do médico;

VIII - 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4; e 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4, de 01 (um) acompanhante, desde que haja indicação no atestado/laudo médico da respectiva necessidade;

IX - Estudo socioeconômico elaborado pela Secretaria de Assistência Social através de entrevista para avaliação da situação socioeconômica do requerente e respectiva unidade familiar, o qual deverá estar assinado pelo profissional de Assistência Social responsável pelo estudo;

X - Nos casos de impedimento do titular, cópia e original do documento legal de procurador, tutor ou curador, e respectivo documento de identidade com foto.

§ 1º. No caso dos beneficiados em que seja indispensável acompanhante, desde que indicado no atestado/laudo médico, será contemplado com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

a gratuidade de pagamento da tarifa somente quando estiver acompanhando o titular do benefício.

§ 2º. Os atestados/laudos médicos emitidos em outro Estado da Federação deverão ser atualizados e reavaliados por médico atuante no Estado do Rio de Janeiro, observadas as condições estabelecidas neste artigo.

SEÇÃO II

**Requerimento do Benefício da Gratuidade
Pessoas Portadoras de Doenças Crônicas Incapacitantes**

Art. 6º Os requerimentos para concessão do benefício da gratuidade para as pessoas portadoras de doenças crônicas incapacitantes, entendidas, para os efeitos desta Lei aquelas indicadas no art. 151 da Lei nº 8.213/91, deverão ser entregues no protocolo geral da Prefeitura de Mendes, revelando ato voluntário do interessado, para todos os fins e efeitos de Direito, inclusive quanto à permissão de acesso restrito às informações pessoais, originando abertura de processo administrativo, mediante preenchimento de formulários e apresentação de documentação comprobatória, a saber:

I – Enquadrar-se nos conceitos e categorias fixados nos arts. 2º e 3º desta Lei, comprovadas por meio de atestado/laudo médico;

II – Residir no Município de Mendes;

III – Comprovação, pela unidade familiar, do art. 3º, incisos VIII e IX, desta Lei, de renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional ou renda mensal total de até 03 (três) salários mínimos nacionais;

IV – Cópias da carteira de identidade ou outro documento de identificação válido com foto (frente e verso) do requerente e da respectiva unidade familiar;

V – Cópias do documento que comprove o número do CPF, caso não conste no documento de identidade apresentado;

VI – Cópia do comprovante de residência no Município de Mendes (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

VII – 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4; e 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4, de 01 (um)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

acompanhante, desde que haja indicação no atestado/laudo médico da respectiva necessidade;

VIII – Estudo socioeconômico elaborado pela Secretaria de Assistência Social através de entrevista para avaliação da situação socioeconômica do requerente e respectiva unidade familiar, o qual deverá estar assinado pelo profissional de Assistência Social responsável pelo estudo;

IX – atestado/laudo médico subscrito pelo médico acompanhante do requerente, coordenado pela ética em relação ao paciente, contendo:

- a) Descrição sucinta do quadro clínico do paciente;
- b) Diagnóstico com referência à Classificação Internacional de Doenças (CID);
- c) Número do prontuário do paciente;
- d) Data de início do tratamento e previsão de término, caso possível indicação;
- e) Necessidade, ou não, de acompanhante;
- f) A frequência mensal de comparecimento para consultas, exames e retirada de medicamentos;
- g) Declaração fornecida pela unidade de saúde comprovando realização de tratamento no Município, indicando os dias e o local de comparecimento.

§ 1º. Os atestados/laudos médicos emitidos em outro Estado da Federação deverão ser atualizados e reavaliados por médico atuante no Estado do Rio de Janeiro, observadas condições estabelecidas neste artigo.

§ 2º. Aos portadores de doenças crônicas incapacitantes o benefício da gratuidade será concedido para realização de tratamentos médicos ou medicamentosos, de forma frequente, continuada e sem interrupção em ambientes hospitalares, bem como para retirada de medicamentos em órgãos públicos de saúde.

§ 3º. Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem imposta ao beneficiário, entre sua residência e o local de tratamento, inexistindo limitação ao número de viagens mensais, respeitando-se, entretanto, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

Handwritten signature and initials.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

§ 4º. Para fins de concessão da gratuidade, entende-se como realização de tratamento de forma frequente, continuada e sem interrupção, aquela que exija o comparecimento mínimo mensal do paciente à unidade pública de saúde, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), seja para consultas, exames ou retirada de medicamentos.

SEÇÃO III

**Análise da Documentação e Comprovação de Renda da Unidade Familiar
Expedição de Benefício**

Art. 7º O processo administrativo requerendo o benefício será dirigido à Secretaria de Saúde que procederá a análise da documentação apresentada, a cargo de profissional médico ou comissão designada, conforme o caso, emitindo parecer deferindo ou não o pedido, considerando requisitos exigidos nesta Lei.

Art. 8º Havendo deferimento do pedido pela Secretaria de Saúde, o processo administrativo será dirigido à Secretaria de Assistência Social, que através de profissional técnico (Assistente Social) ou por comissão designada, conforme o caso, verificará (ão) se o requerente possui ou não condições de prover sua própria manutenção e nem de tê-la provida por sua unidade familiar, observadas, para tanto, as regras fixadas no art. 3º, VIII e IX, desta Lei.

Art. 9º A comprovação de renda do requerente e dos integrantes da unidade familiar será realizada através de contracheque, carteira de trabalho e previdência social, declaração do imposto de renda, recibo de pagamento autônomo, extrato do benefício do INSS ou declaração de rendimentos.

§ 1º Para fins de definição da renda são considerados salários, proventos de aposentadoria e pensões, honorários, benefício de auxílio doença, estágio e outras fontes de rendimentos que integram a composição da renda familiar.

§ 2º Se o requerente não possuir renda, a comprovação será realizada através de atestado de pobreza referendado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cabendo-lhe comprovar como se dá o sustento próprio e da unidade familiar.

Art. 10. Como meio de prova de residência será, preferencialmente, requisitada a conta de energia elétrica e/ou telefone, admitindo-se, como meio de prova, a declaração firmada com amparo na Lei nº 7.115/83.

Art. 11. Não serão aceitos atestados/laudos médicos ilegíveis.

Handwritten signature and initials.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

Parágrafo único. Atestados/laudos médicos incompletos ou inconclusivos ficarão sujeitos à solicitação de cumprimento de exigências, a critério da equipe de profissionais credenciados pela Secretaria de Saúde.

Art. 12. A análise do pedido de concessão se dará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado devidamente motivado, mediante publicação na imprensa oficial.

Art. 13. A expedição e a validade da carteira e/ou bilhete eletrônico contemplando o benefício à gratuidade no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, se darão na forma regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, harmonizadas com os ditames preconizados nesta Lei.

SEÇÃO IV

Dos recursos administrativos

Art. 14. São legitimados para interposição de recursos em face de deferimento ou indeferimento do benefício da gratuidade no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal:

I – o próprio requerente, pessoalmente ou por procurador regularmente constituído;

II – a pessoa jurídica de direito privado detentora da concessão/permissão do serviço de transporte coletivo de passageiros;

III – todos aqueles que comprovem legítimo interesse jurídico no processo de fiscalização do benefício.

§ 1º. O recurso contemplando as razões que sustentam a reforma da decisão será interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão na imprensa oficial, sendo dirigido ao superior hierárquico imediato a que esteja subordinado o agente público prolator da decisão.

CAPÍTULO III

Da indicação de Fonte de Custeio Concessão do Benefício da Gratuidade

Art. 15. Caberá ao Município de Mendes, para fins específicos desta Lei, arcar com as despesas decorrentes da concessão de gratuidades no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, tendo como



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

parâmetro o custo da tarifa única e a frequência deferida para utilização mensal.

Art. 16. Atendendo o critério definido no art. 3º, VIII e IX, desta Lei, poderá o Poder Executivo, motivada suas razões em processo administrativo regular, deferir a concessão da gratuidade para portadores de doenças crônicas consideradas não incapacitantes e/ou não invalidantes, especialmente para os casos em que evidenciem necessidade de tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de morte (art. 14, I, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro), incidindo, portanto, a devida existência de fonte de custeio.

Parágrafo único. A fonte de custeio de que trata o "caput" do artigo abrangerá o benefício concedido ao requerente, estendendo-se ao acompanhante, caso exigido.

Art. 17. A fonte de custeio não terá incidência para concessões relativas aos portadores de doenças crônicas identificadas no art. 151 da Lei nº 8.213/91, bem como para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com conceitos próprios definidos nesta Lei, observado, para ambos os casos, o não ultrapassar do patamar da renda familiar mensal.

Art. 18. A fonte de custeio para arcar com despesas decorrentes da concessão do benefício da gratuidade, correrão à conta de rubricas orçamentárias específicas a serem consignadas, anualmente, nos respectivos orçamentos - programa do Município de Mendes, especificamente vinculadas ao Fundo de Assistência Social.

Parágrafo único. Caso exija a inclusão no orçamento-programa do exercício de 2020, em virtude da homologação e adjudicação de licitação para escolha da concessionária de serviço público essencial (transporte coletivo), processar-se-á a fonte de custeio mediante abertura de crédito adicional especial, a teor da Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 19. As disposições da presente Lei aplicam-se às gratuidades deferidas e em vigência, as quais passarão por reanálise a fim de verificar eventuais inconsistências no processo concessivo, inclusive voltadas ao processo de fiscalização e, ainda, direcionadas ao método de elaboração e expedição de carteiras e/ou bilhetes eletrônicos.

Art. 20. O acesso ao processo concessivo para exercício de controle de legalidade, assim como para exercício do direito de recurso, deverá ser precedido de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES

idônea justificativa, acompanhado do termo de responsabilidade a fim de resguardar o sigilo das informações pessoais dos requerentes e/ou beneficiados.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mendes (RJ), em 22 de junho de 2020.

ROGÉRIO RIENTE
PREFEITO MUNICIPAL

Expediente:
Associação Estadual dos Municípios do Rio de Janeiro - AEMERJ

Presidente: Anderson Barcia Zanon - Sapucaia

Secretária Executiva

Dilma Lira

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 891/GP/2020

Aperibé, 23 de junho de 2020.

VANDELAR DIAS DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE APERIBÉ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a pedido **Daniel Gonçalves Magalhães**, matrícula 4840, do Cargo em Comissão de **Diretor da Divisão de Conservação de Estradas, DAS II**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, conforme Lei nº 477 de 05 de janeiro de 2011.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos à partir de 31/05/2020.

Artigo 3º. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

VANDELAR DIAS DA SILVA

Prefeito

Publicado por:
Mayko Kennedy Matta da Cunha
Código Identificador: D019178E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE CONTATO Nº 005/2020 PROCESSO Nº
0053/2020-FMS

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APERIBÉ/RJ E A EMPRESA GILBER JOSE DE PAULA

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS/SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE CLÍNICA DA FAMÍLIA DE APERIBÉ PARA RECEBER A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM – CT COVID-19, OBJETO DA RESOLUÇÃO SES Nº 2023 DE 30/03/2020"

Valor: R\$ 22.587,02 (vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dois centavos)

Prazo: - O prazo do objeto será pelo período que perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia e seus riscos tendo seu início após a assinatura deste Termo e recebimento da nota de empenho

Fundamentação Legal: artigo 57, §1º, inc. VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, Decreto Estadual nº 47.068 de 11/05/2020 e Decreto Municipal nº 792 de 25/03/2020.

Data da assinatura: 09/06/2020.

Publicado por:
Mayko Kennedy Matta da Cunha
Código Identificador: B0223FCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RATIFICO

Considerando a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, (fl. 02);
Considerando a condições para prestação do serviço, (fl. 03);
Considerando a solicitação para custeio de procedimento de alto custo (fl.04 a 05);
Considerando a documentação do paciente; (fl. 06 a 07);
Considerando a avaliação de hiperbárica; (fl. 08);
Considerando o orçamento, (fl.09);
Considerando o relatório do controle e avaliação; (fl.10);
Considerando a solicitação da Secretária de Saúde; (fl.11);
Considerando a requisição de preços; (fl.12);
Considerando o mapa de preços, (fl. 13);
Considerando a documentação da empresa, (fls.14 a 17);
Considerando a solicitação do Departamento de Compras, (fl.18);
Considerando o parecer da Procuradoria Geral do Município, (fl.19 a 24);
Considerando a solicitação do Departamento de compras ao Fundo Municipal ao Fundo Municipal de Saúde, (fl. 25);

RATIFICO o ato de dispensa de licitação, efetuado pelo Departamento de Compras (fl. 25) amparado pelo art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, c/c Decreto 9.412 de 2018, referente ao processo nº **0081/2020, para Pagamento de 30 (trinta) sessões de Oxigenoterapia Hiperbárica, para atender ao paciente Elzo Ribeiro Moraes**, em caráter de urgência, no valor estimado de **R\$ 10.970,00 (Dez Mil, Novecentos e Setenta Reais)**.

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e CENTRO DE MEDICINA HIPERBARICA DE ITAPERUNA LTDA
CNPJ: 11.406.011/0001-92

Aperibé-RJ, 23/06/2020

MARIA INÊS ROSA CORDEIRO
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 4916

ROSANE DA SILVA DOS REIS
Presidente do Fundo Municipal de Saúde
Matrícula: 1301

Publicado por:
Mayko Kennedy Matta da Cunha
Código Identificador: 1D393CCF

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUAS BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 3376/2020 (CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL
FUN MUN SAÚDE DUAS BARRAS)

Abre crédito adicional especial para o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Duas Barras, no valor de R\$ 61.480,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais), e altera o quadro de detalhamento da despesa.

O Prefeito Municipal de Duas Barras, no uso de suas atribuições e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 1370/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional especial no montante de R\$ 61.480,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais), para reforço do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Duas Barras, em conformidade com o Art. 8º da Lei nº 1378/2020, de acordo com anexo único.

Art. 2º - O crédito de que se trata o artigo anterior será compensado na forma do parágrafo 1º, inciso III, Art. 43º da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, de acordo com anexo único.

Art. 3º - Em decorrência dos artigos 1º e 2º deste Decreto, fica alterado o quadro de detalhamento de despesa de diversas unidades orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Duas Barras, 23 de junho de 2020.

LUIZ CARLOS BOTELHO LUTTERBACH

Prefeito Municipal

Anexo Decreto 3376			
Cod. Red.	Prog. Trabalho / Nat. Despesa / F. Recurso	Anulação	Suplementação
3	/2001.1854100381.060-4.4.90.52.00-12	61.480,00	
120	/1300.1030200352.794-3.3.90.30.00-78		61.480,00
TOTAL		61.480,00	61.480,00

LUIZ CARLOS BOTELHO LUTTERBACH

Prefeito Municipal

Publicado por:

Ubirajara Blanco Gomes

Código Identificador:3F5DA63F

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

GABINETE DO PREFEITO
3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 016/2018 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6003-2018

Partes: Município de Mendes e **CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA.**

Por este termo aditivo, fica prorrogado o prazo para execução do Contrato de Serviços nº 016/2018, firmado em 13 de dezembro de 2018, por 290 (duzentos e noventa) dias, de acordo com as disposições previstas no art. 57, Inciso IV, da Lei Federal nº 8666/93, combinado com a Cláusula Primeira do Termo de Contrato, passando a vigorar o presente termo de 09 de julho de 2020 a 24 de abril de 2021.

A justificativa para celebração do presente termo de prorrogação de prazo encontra-se prevista no memorando SMOSPH/2020 do dia 15/05/2020 e Análise 041/2020/TM subscrita pela Contratante e aceita as condições pela Contratada, a qual é parte integrante e complementar do presente termo de prorrogação.

Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato celebrado entre as partes em 13 de dezembro de 2018. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias igual forma e teor, na presença das testemunhas.

ROGÉRIO RIENTE

Prefeito Municipal

Publicado por:

Cristiane Silva Figueira

Código Identificador:FD8A2A59

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.066 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

“Regulamenta, no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal,

os termos da fruição dos direitos de gratuidades às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e às pessoas portadoras de doenças crônicas que especifica, bem como disciplina o regramento e indicação da fonte de custeio para arcar com concessão dos benefícios, e adota outras providências.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MENDES** aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regulamenta, no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, os termos da fruição dos direitos de gratuidades às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e às pessoas portadoras de doenças crônicas, de natureza incapacitante, ou não, bem como disciplina o regramento e indicação da fonte de custeio para arcar com concessão dos benefícios.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício da gratuidade estabelecida no art. 1º desta Lei, o usuário deverá comprovar sua incapacidade para a vida independente ou para o trabalho e que não possua meio de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e a pessoa portadora de doença crônica incapacitante, cuja renda esteja dentro dos padrões do Cadastro Único das Políticas Sociais (**CadÚnico**), definido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, vinculado ao Ministério da Cidadania, assim entendida unidade familiar com renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional ou renda familiar mensal total de até 03 (três) salários mínimos nacionais.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I – **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – **deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – **deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; Na presente deficiência visual inclui-se a patologia de visão monocular – CID 10 H54.4, observado a Súmula STJ 377/2009 e a Súmula AGU 45/2009.

IV – **deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;

h) trabalho.

V – **deficiência múltipla**: associação de duas ou mais deficiências;

VI – **pessoa com mobilidade reduzida**: aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção;

VII – **pessoa portadora de doença crônica incapacitante**: aquela acometida de patologia que por seu nível de comprometimento acarrete declaração semelhante à de invalidez segundo as normatizações do Instituto Nacional do Seguro Social e que exija tratamento continuado para o qual a interrupção pode acarretar risco de morte ou o agravamento de seu estado de saúde. **Aplica-se a esse conceito tão somente as doenças elencadas no art. 151 da Lei Federal nº 8.213/91.**

VIII – **unidade familiar**: aquela composta pelo cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que todos moradores em um mesmo domicílio;

IX – **renda familiar mensal**: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da unidade familiar, não sendo incluídos no cálculo os valores percebidos através de programas identificados no art. 4º, IV, do Decreto Federal nº 6.135/2007.

CAPÍTULO II

Da Fruição do Direito às Gratuidades

Art. 4º A fruição dos direitos às gratuidades no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, desde que cumpridos requisitos fixados nesta Lei, será assegurada aos seguintes usuários:

- a) pessoas com deficiência física; auditiva, visual, mental e múltipla;
- b) pessoas com mobilidade reduzida;
- c) pessoa portadora de doença crônica incapacitante.

SEÇÃO I

Requerimento do Benefício da Gratuidade

Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida

Art. 5º Os requerimentos do benefício da gratuidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida deverão ser entregues no protocolo geral da Prefeitura de Mendes, revelando ato voluntário do interessado, para todos os fins e efeitos de Direito, inclusive quanto à permissão de acesso restrito às informações pessoais, originando abertura de processo administrativo, mediante preenchimento de formulários e apresentação de documentação comprobatória, a saber:

I – Enquadrarem-se nos conceitos e categorias fixados nos artigos 2º e 3º desta Lei, comprovadas por meio de atestado e/ou laudo médico;

II – Residir no Município de Mendes;

III – Comprovação, pela unidade familiar, do art. 3º, incisos VIII e IX, desta Lei, de renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional ou renda mensal total de até 03 (três) salários mínimos nacionais;

IV – Cópias da carteira de identidade ou outro documento de identificação válido com foto (frente e verso) do requerente e da respectiva unidade familiar;

V – Cópias do documento que comprove o número do CPF, caso não conste no documento de identidade apresentado;

VI – Cópia do comprovante de residência no Município de Mendes (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

VII – Original do atestado/laudo médico, assinado e carimbado pelo médico especialista vinculado ao Sistema Único de Saúde ou por médico credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde, coordenado pela relação ética em relação ao paciente, identificando, de forma pontual, o tipo e a descrição da deficiência ou da redução da mobilidade, o Código Internacional de Doenças, o grau da deficiência (parcial ou total), a indispensabilidade ou não de acompanhante, a data, assinatura e carimbo do médico;

VIII – 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4; e 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4, de 01 (um) acompanhante, desde que haja indicação no atestado/laudo médico da respectiva necessidade;

IX – Estudo socioeconômico elaborado pela Secretaria de Assistência Social através de entrevista para avaliação da situação socioeconômica do requerente e respectiva unidade familiar, o qual deverá estar assinado pelo profissional de Assistência Social responsável pelo estudo;

X – Nos casos de impedimento do titular, cópia e original do documento legal de procurador, tutor ou curador, e respectivo documento de identidade com foto.

§ 1º. No caso dos beneficiados em que seja indispensável acompanhante, desde que indicado no atestado/laudo médico, será contemplado com a gratuidade de pagamento da tarifa somente quando estiver acompanhando o titular do benefício.

§ 2º. Os atestados/laudos médicos emitidos em outro Estado da Federação deverão ser atualizados e reavaliados por médico atuante no Estado do Rio de Janeiro, observadas as condições estabelecidas neste artigo.

SEÇÃO II

Requerimento do Benefício da Gratuidade

Pessoas Portadoras de Doenças Crônicas Incapacitantes

Art. 6º Os requerimentos para concessão do benefício da gratuidade para as pessoas portadoras de doenças crônicas incapacitantes, entendidas, para os efeitos desta Lei aquelas indicadas no art. 151 da Lei nº 8.213/91, deverão ser entregues no protocolo geral da Prefeitura de Mendes, revelando ato voluntário do interessado, para todos os fins e efeitos de Direito, inclusive quanto à permissão de acesso restrito às informações pessoais, originando abertura de processo administrativo, mediante preenchimento de formulários e apresentação de documentação comprobatória, a saber:

I – Enquadrar-se nos conceitos e categorias fixados nos arts. 2º e 3º desta Lei, comprovadas por meio de atestado/laudo médico;

II – Residir no Município de Mendes;

III – Comprovação, pela unidade familiar, do art. 3º, incisos VIII e IX, desta Lei, de renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional ou renda mensal total de até 03 (três) salários mínimos nacionais;

IV – Cópias da carteira de identidade ou outro documento de identificação válido com foto (frente e verso) do requerente e da respectiva unidade familiar;

V – Cópias do documento que comprove o número do CPF, caso não conste no documento de identidade apresentado;

VI – Cópia do comprovante de residência no Município de Mendes (atual e no limite de 02 meses antes da data do requerimento);

VII – 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4; e 02 (duas) fotos coloridas, recentes, no tamanho 3x4, de 01 (um)

acompanhante, desde que haja indicação no atestado/laudo médico da respectiva necessidade;

VIII – Estudo socioeconômico elaborado pela Secretaria de Assistência Social através de entrevista para avaliação da situação socioeconômica do requerente e respectiva unidade familiar, o qual deverá estar assinado pelo profissional de Assistência Social responsável pelo estudo;

IX – atestado/laudo médico subscrito pelo médico acompanhante do requerente, coordenado pela ética em relação ao paciente, contendo:

- a) Descrição sucinta do quadro clínico do paciente;
- b) Diagnóstico com referência à Classificação Internacional de Doenças (CID);
- c) Número do prontuário do paciente;
- d) Data de início do tratamento e previsão de término, caso possível indicação;
- e) Necessidade, ou não, de acompanhante;
- f) A frequência mensal de comparecimento para consultas, exames e retirada de medicamentos;
- g) Declaração fornecida pela unidade de saúde comprovando realização de tratamento no Município, indicando os dias e o local de comparecimento.

§ 1º. Os atestados/laudos médicos emitidos em outro Estado da Federação deverão ser atualizados e reavaliados por médico atuante no Estado do Rio de Janeiro, observadas condições estabelecidas neste artigo.

§ 2º. Aos portadores de doenças crônicas incapacitantes o benefício da gratuidade será concedido para realização de tratamentos médicos ou medicamentosos, de forma frequente, continuada e sem interrupção em ambientes hospitalares, bem como para retirada de medicamentos em órgãos públicos de saúde.

§ 3º. Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem imposta ao beneficiário, entre sua residência e o local de tratamento, inexistindo limitação ao número de viagens mensais, respeitando-se, entretanto, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

§ 4º. Para fins de concessão da gratuidade, entende-se como realização de tratamento de forma frequente, continuada e sem interrupção, aquela que exija o comparecimento mínimo mensal do paciente à unidade pública de saúde, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), seja para consultas, exames ou retirada de medicamentos.

SEÇÃO III

Análise da Documentação e Comprovação de Renda da Unidade Familiar

Expedição de Benefício

Art. 7º O processo administrativo requerendo o benefício será dirigido à Secretaria de Saúde que procederá a análise da documentação apresentada, a cargo de profissional médico ou comissão designada, conforme o caso, emitindo parecer deferindo ou não o pedido, considerando requisitos exigidos nesta Lei.

Art. 8º Havendo deferimento do pedido pela Secretaria de Saúde, o processo administrativo será dirigido à Secretaria de Assistência Social, que através de profissional técnico (Assistente Social) ou por comissão designada, conforme o caso, verificará (ão) se o requerente possui ou não condições de prover sua própria manutenção e nem de tê-la provida por sua unidade familiar, observadas, para tanto, as regras fixadas no art. 3º, VIII e IX, desta Lei.

Art. 9º A comprovação de renda do requerente e dos integrantes da unidade familiar será realizada através de contracheque, carteira de trabalho e previdência social, declaração do imposto de renda, recibo de pagamento autônomo, extrato do benefício do INSS ou declaração de rendimentos.

§ 1º Para fins de definição da renda são considerados salários, proventos de aposentadoria e pensões, honorários, benefício de auxílio doença, estágio e outras fontes de rendimentos que integram a composição da renda familiar.

§ 2º Se o requerente não possuir renda, a comprovação será realizada através de atestado de pobreza referendado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cabendo-lhe comprovar como se dá o sustento próprio e da unidade familiar.

Art. 10 Como meio de prova de residência será, preferencialmente, requisitada a conta de energia elétrica e/ou telefone, admitindo-se, como meio de prova, a declaração firmada com amparo na Lei nº 7.115/83.

Art. 11 Não serão aceitos atestados/laudos médicos ilegíveis.

Parágrafo único. Atestados/laudos médicos incompletos ou inconclusivos ficarão sujeitos à solicitação de cumprimento de exigências, a critério da equipe de profissionais credenciados pela Secretaria de Saúde.

Art. 12 A análise do pedido de concessão se dará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado devidamente motivado, mediante publicação na imprensa oficial.

Art. 13 A expedição e a validade da carteira e/ou bilhete eletrônico contemplando o benefício à gratuidade no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, se darão na forma regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, harmonizadas com os ditames preconizados nesta Lei.

SEÇÃO IV

Dos recursos administrativos

Art. 14 São legitimados para interposição de recursos em face de deferimento ou indeferimento do benefício da gratuidade no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal:

I – o próprio requerente, pessoalmente ou por procurador regularmente constituído;

II – a pessoa jurídica de direito privado detentora da concessão/permissão do serviço de transporte coletivo de passageiros;

III – todos aqueles que comprovem legítimo interesse jurídico no processo de fiscalização do benefício.

§ 1º. O recurso contemplando as razões que sustentam a reforma da decisão será interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão na imprensa oficial, sendo dirigido ao superior hierárquico imediato a que esteja subordinado o agente público prolator da decisão.

CAPÍTULO III

Da indicação de Fonte de Custeio

Concessão do Benefício da Gratuidade

Art. 15 Caberá ao Município de Mendes, para fins específicos desta Lei, arcar com as despesas decorrentes da concessão de gratuidades no Sistema de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, na circunscrição municipal, tendo como parâmetro o custo da tarifa única e a frequência deferida para utilização mensal.

Art. 16 Atendendo o critério definido no art. 3º, VIII e IX, desta Lei, poderá o Poder Executivo, motivada suas razões em processo

administrativo regular, deferir a concessão da gratuidade para portadores de doenças crônicas consideradas não incapacitantes e/ou não invalidantes, especialmente para os casos em que evidenciem necessidade de tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de morte (art. 14, I, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro), incidindo, portanto, a devida existência de fonte de custeio.

Parágrafo único. A fonte de custeio de que trata o “caput” do artigo abrangerá o benefício concedido ao requerente, estendendo-se ao acompanhante, caso exigido.

Art. 17 A fonte de custeio não terá incidência para concessões relativas aos portadores de doenças crônicas identificadas no art. 151 da Lei nº 8.213/91, bem como para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com conceitos próprios definidos nesta Lei, observado, para ambos os casos, o não ultrapassar do patamar da renda familiar mensal.

Art. 18 A fonte de custeio para arcar com despesas decorrentes da concessão do benefício da gratuidade, correrão à conta de rubricas orçamentárias específicas a serem consignadas, anualmente, nos respectivos orçamentos – programa do Município de Mendes, especificamente vinculadas ao Fundo de Assistência Social.

Parágrafo único. Caso exija a inclusão no orçamento-programa do exercício de 2020, em virtude da homologação e adjudicação de licitação para escolha da concessionária de serviço público essencial (transporte coletivo), processar-se-á a fonte de custeio mediante abertura de crédito adicional especial, a teor da Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 19 As disposições da presente Lei aplicam-se às gratuidades deferidas e em vigência, as quais passarão por reanálise a fim de verificar eventuais inconsistências no processo concessivo, inclusive voltadas ao processo de fiscalização e, ainda, direcionadas ao método de elaboração e expedição de carteiras e/ou bilhetes eletrônicos.

Art. 20. O acesso ao processo concessivo para exercício de controle de legalidade, assim como para exercício do direito de recurso, deverá ser precedido de idônea justificativa, acompanhado do termo de responsabilidade a fim de resguardar o sigilo das informações pessoais dos requerentes e/ou beneficiados.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mendes (RJ), 22 de junho de 2020.

ROGERIO RIENTE

Prefeito

Publicado por:

Cristiane Silva Figueira

Código Identificador:9B209761

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS RESOLUÇÃO Nº 947 DE 16 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a denominação do Espaço Recreativo Dulcelina Mendes.

O Presidente da Câmara Municipal de Vassouras
Faço saber que a Câmara Municipal de Vassouras aprovou e eu promulgo a seguinte:
RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica denominado de Espaço Recreativo Dulcelina Mendes, o pátio lateral da Câmara Municipal de Vassouras, cuja entrada se dá pela Travessa Dr. Lazzarini.

Art.2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vassouras, em 16 de junho de 2020.

JOSÉ MARIA VAZ CAPUTE

Presidente

Publicado por:

Felipe Nery Lamon Lebre

Código Identificador:EEC45A4D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO:	062/2020
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS
CONTRATADA:	HME INFRAESTRUTURA E EMPREITEIRA EIRELI - CNPJ: 33.228.778/0001-01
OBJETO:	Execução de obra pública, com vistas à execução do Projeto Paisagístico e Urbanístico da Praça do Grecco – Rodovia Lúcio Meira (BR- 393), km 236 - Vassouras/RJ. Conforme Processo Administrativo N.º 2708/2020– Tomada de Preços 016/2020.
VALOR:	R\$ 452.628,24 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos).
INÍCIO:	23/06/2020
DURAÇÃO:	06 meses.

Publicado por:

Luiz Gustavo Alves Ferreira

Código Identificador:CD101036

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2020

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2020 que entre si fazem, de um lado, **O MUNICÍPIO DE VASSOURAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Otávio Gomes nº 395 – Centro, Vassouras – RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.412.819/0001-52, neste ato representado pelo ordenador de despesa, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Marco Aurélio Sá P. Salgado, neste ato denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **PESO PROJETOS DE ENGENHARIA E SOCIEDADE DE OBRAS LTDA**, com sede na Av. Antão Bernardes, 1450, Santo Antônio, Paty do Alferes / RJ CEP: 26.950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.857.522/0001-96, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Luciano de Carvalho, cédula de identidade nº 2010158973 CPF nº 106.896.497-97, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo 1.444/2020, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato **048/2020**, decorrente da Tomada de Preços nº 008/2020, pelas cláusulas e condições seguintes:

RESUMO DO CONTRATO Nº 048/2020: Constitui objeto do contrato 048/2020a “contratação de empresa de engenharia para execução de obra pública de contenção, para estabilização das encostas, sito à Rua Tibúrcio Barbosa (Represa), Bairro Grecco, no Município de Vassouras-RJ”.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o acréscimo no valor de R\$ 65.000,00, em função de modificação do projeto inicial, o que representa um acréscimo de **17,47%** do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

O contrato ora aditado passa a ter o valor total de R\$ 437.088,26.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Dotação Orçamentária

As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020 assim classificados:

Natureza das Despesas/ Programa de Trabalho:
15.451.0024.2.079.4.4.90.51.00.00
Fonte de Recurso: 18

Nota de Empenho: 1007/2020

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições referidas no contrato, permanecendo as mesmas inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA- da Publicação e Controle

Após a assinatura do presente Termo, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, na imprensa oficial, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópiado mesmo, na forma e no prazo determinado por este.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Vassouras, 10 de junho de 2020.

MARCO AURÉLIO DE SÁ P. SALGADO

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Peso Projetos de Engenharia e Sociedade de Obras LTDA

LUCIANO DE CARVALHO

Publicado por:

Luiz Gustavo Alves Ferreira

Código Identificador:5545EEAD

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 029 DE 22 DE JUNHO DE 2020

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Mat	Funcionário	Nível/Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3102	FERNANDO PEREIRA DE ALMEIDA	II – D	Artífice de Manutenção	05/05/2008	31/05/2020	12	0	26

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Cristiane Silva Figueira

Código Identificador:858DD99C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 030 DE 22 DE JUNHO DE 2020

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Mat	Funcionário	Nível/ Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3104	FRANCISCA DAS CHAGAS FONSECA SILVESTRE	IV - D	Aux de Consultório Dentário	05/05/2008	31/05/2020	12	0	26

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:1052AE0E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 031 DE 22 DE JUNHO DE 2020**

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Mat	Funcionário	Nível/ Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3107	MARLENE AVILA DOS REIS DA SILVA	IV - D	Auxiliar de Creche	13/05/2008	31/05/2020	12	0	18

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:560CB70D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 032 DE 22 DE JUNHO DE 2020.**

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Mat	Funcionário	Nível/ Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
2480	CLAUDIA MARIA DA COSTA	IV - F	Auxiliar de Enfermagem	06/05/2002	31/05/2020	18	0	25

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:DA8BF8D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 033 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º - ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Mat	Funcionário	Nível/Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3103	JOSE CARLOS DOS SANTOS ROSSI	IV - D	Inspetor de Alunos	05/05/2008	31/05/2020	12	0	26

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:D394665E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 034 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º - ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo a data de 01 de Fevereiro de 2020, revogado as disposições contratuais.

Mat	Funcionário	Nível/Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3406	ALINE DA CONCEIÇÃO	IX - A	ENFERMEIRA	09/01/2017	31/01/2020	3	0	22
3409	GIULIANE FERREIRA MANZELLA	IX - A	ENFERMEIRA	09/01/2017	31/01/2020	3	0	22

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:69B74FCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 035 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Art.2º- Esta portaria entrará em vigor retroagindo a data de 01 de Fevereiro de 2020, revogado as disposições contratuais.

Mat	Funcionário	Nível/ Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3407	GABRIELLA DA ROSA PAIVA BAHENSE MOREIRA	XI - A	CIRURGIÃO DENTISTA	16/01/2017	31/01/2020	3	0	15

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO
 Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
 Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:CBC852E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 036 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Art.2º- Esta portaria entrará em vigor retroagindo a data de 01 de MAIO de 2019, revogado as disposições contratuais.

Mat	Funcionário	Nível/ Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3256	FERNANDO BICHARA DOS SANTOS	II – A	Cuidador de Residência Terapêutica	04/04/2016	30/04/2019	3	0	26

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO
 Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
 Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:8F52FE45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037 DE 22 DE JUNHO DE 2020

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Art.2º- Esta portaria entrará em vigor retroagindo a data de 01 de Fevereiro de 2020, revogado as disposições contratuais.

Mat	Funcionário	Nível/Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3408	JULIANE APARECIDA G DE M BRUM DA SILVA	VI - A	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	09/01/2017	31/01/2020	3	0	22

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Cristiane Silva Figueira

Código Identificador:37DEB5FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 038 DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Claudio Jesus de Almeida Filho, Secretário Municipal de Administração do município de Mendes (RJ), usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

CONSIDERANDO os Concursos Públicos realizados nesta Prefeitura nos anos de 2001, 2006 e 2016.

CONSIDERANDO o cumprimento das normas do Edital dos referidos concursos;

CONSIDERANDO os funcionários estatutários pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988;

CONSIDERANDO o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, autárquica e Fundacional do Município de Mendes, lei nº 1469 de 10 de janeiro de 2011 no seu artigo nº 256;

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1681 de 15 de Outubro de 2013 do PCCV- Plano de Cargo Salário e Vencimento nos seus artigos nº 55 ao nº 60 que dispõem sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos municipal;

CONSIDERANDO a Ata nº 006 de 18 de Junho de 2020, referente à Comissão de Enquadramento funcional do PCCV-2013.

RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR a partir de 01 de Junho de 2020, os funcionários de acordo com o cargo, nível e letra descritos na tabela a seguir, em consonância lei nº 1681 de 15/10/2013 no PCCV.

Art.2º- Esta portaria entrará em vigor retroagindo a data de 01 de Fevereiro de 2020, revogado as disposições contratuais.

Mat	Funcionário	Nível/Letra	Cargo	Admissão	Data final	A	M	D
3400	RAFAEL MACEDO DE ARAUJO ABREU	VII - A	FISCAL DE TRIBUTOS	09/01/2017	31/01/2020	3	0	22

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º - Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 23 de Junho de 2020.

CLAUDIO JESUS DE ALMEIDA FILHO

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Cristiane Silva Figueira

Código Identificador:3D9F4B87